

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

NELSON BRUM MOTTA

UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO INTERSETORIAL COM
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL
ATRAVÉS DA AÇÃO DE UM PONTO DE CULTURA EM FLORIANÓPOLIS

São Paulo

2014

NELSON BRUM MOTTA

**UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO INTERSETORIAL COM
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL:
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UM PONTO DE CULTURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientadora: Alessandra Felix de Almeida

São Paulo
Maio de 2014

Agradecimentos

Neste momento quero não só agradecer, mas enaltecer essa iniciativa do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em proporcionar a oportunidade aos seus filiados, em todo o Brasil, de participar de um curso de altíssimo nível em todos os sentidos, numa área em que ainda somos muito carentes em nossas gestões que é o aprimoramento técnico político na direção dos nossos governos democráticos e populares. Espero que este curso tenha continuidade e muito sucesso no futuro, que venham outras turmas.

Agradecer a todos os professores, professoras, tutores e tutoras pelo excelente nível das aulas, dos conteúdos apresentados e pela metodologia aplicada. Principalmente nossa tutora Alessandra Felix de Almeida, que foi incansável no atendimento das nossas demandas, estando sempre disponível e presente para nos ajudar com suas proposições sempre bem colocadas e esclarecedoras, muito obrigado mesmo.

A minha família que mora ao entorno da minha casa: sogro, sogra, filhas, irmã, pela compreensão e a apoio para depois de muito tempo voltar a estudar num curso com este nível de exigência. Mas da família, o agradecimento especial vai para minha querida e amada companheira Daniela Ribeiro Schneider, pelo total e irrestrito apoio, pelas dicas e pelo tempo dedicado à orientação ao meu trabalho, este recurso (tempo) que é cada vez mais raro e caro um sua vida. Obrigado mesmo, sem teu apoio ao meu lado com certeza não conseguiria acompanhar e terminar o curso. Beijos no coração!!!

Sumário

Introdução.....	6
1. O Planejamento Estratégico Situacional como ferramenta na implementação de políticas públicas intersetoriais	7
2. Programa Cultura Viva.....	9
3. Intersetorialidade	10
4. Promoção de Saúde.....	11
5. Ponto de Cultura de “Pescadores de Cultura” – Estudo de Caso	12
5.1. O Planejamento Estratégico Situacional aplicado	12
5.2 A intervenção intersetorial na relação entre adolescentes e vulnerabilidade psicossocial.....	14
5.3 Oficinas do Ponto de Cultura como Plano de Ação.....	15
5.3.1 Oficinas Culturais desenvolvidas pelo Ponto de Cultura	16
5.3.2 Oficina de integração social	17
5.4 Organização	18
5.4.1 Reuniões na Unidade Básica de Saúde	18
5.4.2 Reuniões na escola	18
5.4.3 Reuniões de equipe	19
5.5 Análise do Ponto de Cultura de “Pescadores de Cultura”: viabilidade, atores, riscos e resultados	19
Considerações Finais	21
Referências	23

Resumo:

Este Trabalho de Conclusão de Curso voltou-se para a reflexão sobre o problema da baixa capacidade de implantar políticas públicas intersetoriais nos governos, tomando como referência de análise uma experiência local, desenvolvida em Florianópolis, relacionada ao Programa “Cultura Viva”, chamado “Pontos de Cultura”, do Ministério da Cultura, realizada em articulação intersetorial entre sociedade civil, governo federal, estadual e municipal. A articulação intersetorial tem sido concebida como uma fonte eficiente de ampliação das condições de maior cuidado com a saúde e uma estratégia de diminuição de vulnerabilidades. O trabalho faz a discussão de uma experiência, elaborada a partir de planejamento estratégico situacional de um Ponto de Cultura, que buscou efetivar uma articulação intersetorial entre a área acadêmica, cultural, educacional e da saúde mental, tendo como objetivo principal promover ações de socialização para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial, articulando a Atenção Básica, CAPSi e a Escola, através da participação em oficinas culturais. Será relatado o percurso do projeto nos dois anos de funcionamento, os desafios da construção da intersetorialidade através do estabelecimento de parcerias com instituições de diferentes campos de atuação, os ganhos obtidos e as dificuldades enfrentadas na empreitada.

Palavras-chave:

Intersetorialidade; Planejamento Estratégico; Cultura Viva; Ponto de Cultura; Adolescentes; Promoção de Saúde.

Introdução

As políticas públicas hoje se debruçam sobre problemas e situações cada vez mais complexas, com muitas variáveis constitutivas, de diferentes ordens e originadas nos diversos extratos sociais. São os chamados *wicked problems*, considerados “problemas cuja solução não é fácil, nem simples, nem conhecida, nem única. Para lidar com estas questões complexas, os governos, além de estarem preparados tecnicamente, precisam organizar sua estrutura de gestão” (BURGOS; REINACH, 2013, p. 4).

Uma questão de fundo que nos dificulta a implantação de uma política pública intersetorial é a concepção cultural de Estado que temos ainda hoje no Brasil e que também herdamos quando assumimos os governos. A transição do Estado herdado para o Estado necessário é muito lento e burocratizado, além de ter um arcabouço jurídico conservador e elitista, extremamente conservador, que beneficia as classes dominantes e as elites que sempre tiraram proveito deste Estado patrimonialista que ainda sobrevive neste país.

Este problema também aparece quando queremos colocar a proposta intersetorial na plataforma eleitoral ou no programa de governo, pois a maioria de nossos aliados nas eleições e nos governos não concorda em aplicá-la, pois mexe com as estruturas de poder internas do governo. A divisão de secretarias, ministérios, seus cargos, recursos fazem parte da negociação política para compor as bases aliadas dos governos e da construção de uma governabilidade política mínima para conseguir governar. Quando é um governo composto somente pelo PT (o que é cada vez mais raro ultimamente) esta dificuldade apareça na divisão destas estruturas de governo e de poder entre as diversas correntes internas do partido.

A pouca utilização da ferramenta do Planejamento Estratégico Situacional por parte da maioria dos governos dificulta a implementação de políticas públicas interssetoriais, pois estas exigem um planejamento estratégico, democrático, que seja elaborado coletivamente pelo conjunto do governo e que na sua execução preveja ações interssetoriais (MATUS, 1989)

É necessária, portanto, uma mudança radical nas concepções e estruturas da maioria dos governos contemporâneos. Temos que ultrapassar o estágio dos governos divididos em secretarias, órgãos, instâncias estanques, que não dialogam entre si na

implantação das políticas públicas e nem tenham uma visão global e estratégica da gestão.

Além disso, é importante que os governos tenham como metodologia de gestão o planejamento estratégico situacional, como referência para preceder e presidir suas ações (MATUS, 1989).

Neste sentido, identificamos o problema da baixa capacidade de implantar políticas públicas intersetoriais nos governos e este será nosso objeto de estudo, tomando como referência de análise uma experiência local, desenvolvida em Florianópolis, relacionada ao Programa “Cultura Viva”, chamado “Pontos de Cultura”, do Ministério da Cultura, realizada em articulação intersetorial entre sociedade civil, governo federal, estadual e municipal.

O trabalho traz um relato de experiência de um projeto que buscou efetivar uma articulação intersetorial entre a área acadêmica, cultural, educacional e da saúde mental, tendo como objetivo principal promover ações de socialização para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial, articulando a Atenção Básica, CAPSi e a Escola, através da participação em oficinas culturais oferecidas para a comunidade por um Ponto de Cultura. Será relatado o percurso do projeto nos dois anos de funcionamento, os desafios da construção da intersetorialidade através do estabelecimento de parcerias com instituições da sociedade civil e dos diversos níveis de governo.

1. O Planejamento Estratégico Situacional como ferramenta na implementação de políticas públicas intersetoriais

O Planejamento Estratégico Situacional (PES) foi criado por Carlos Matus, ministro da economia do governo Allende, no Chile, nos anos 1970.

Surgiu da crítica ao modelo de planejamento normativo ou tradicional na América Latina, cujos fracassos e limites provocaram questionamentos quanto aos objetivos e métodos utilizados (ARTMANN, s/d).

O PES foi concebido para auxiliar aos dirigentes políticos na gestão dos problemas públicos. Trabalha na perspectiva de que a realidade é composta de complexos problemas e ameaças, mas também de muitas oportunidades, que devem ser

bem analisados, em sua conjuntura econômica, social, cultural, política, para servirem de base na formulação de estratégias de enfrentamento da situação.

É, ao mesmo tempo, um método e uma teoria, sustentados na perspectiva da complexidade do sistema social. A análise econômica e a atenção ao mercado, ao contrário dos planejamentos tradicionais, onde estes são aspectos centrais, não são preponderantes no PES, nem na explicação da realidade, nem na elaboração do plano.

É uma metodologia flexível, aplicável a qualquer órgão, instituição, setor, cujo centro do jogo não seja exclusivamente o mercado, mas sim a dimensão política, econômica e social em interação (MATUS, 1989). Embora o método tenha sido desenhado para ser utilizado no nível central, global, seu formato ajusta-se também para a aplicação nos níveis regionais/locais ou mesmo setoriais, mas sempre situado nos problemas de contexto global mais amplo.

O ator social é, assim, uma organização ou personalidade que possui um projeto, controla algum recurso relevante para o jogo, tem e acumula (ou perde) forças no jogo e possui capacidade de produzir fatos no jogo social.

O PES constitui-se como um processo técnico-político resultante do jogo de força entre atores em interação, e/ou em conflito, cooperação ou alianças. Sendo assim, o poder se encontra compartilhado, ou seja, “nenhum ator detém o controle total das variáveis que estão envolvidas na situação”. Pressupõe, com isso, o protagonismo e a participação do ator (MATUS, 1989). O planejamento envolve a mobilização dos agentes internos e externos à instituição ou setor em planejamento, exigindo a criação de instrumentos para articular o conjunto de atores envolvidos em permanente comprometimento em relação ao plano.

A abordagem da complexidade, da fragmentação e da incerteza que caracterizam os processos sociais, implica a noção de que a realidade social é um sistema aberto e probabilístico, onde os problemas e os desafios se apresentam, geralmente, de modo não organizado (ARTMANN, s/d). Por isso, esse modelo não se propõe a adivinhar ou prever o futuro, mas objetiva a preparação para que se tente criar o futuro, com imaginação, a partir das possibilidades que os atores sejamos capazes de imaginar e construir. Daí o estabelecimento de estratégias de enfrentamento do futuro (MATUS, 1989).

Ao considerar a ação dos diferentes atores e a complexidade do sistema social, planeja-se com grande margem de incerteza. O planejamento configura-se como uma aposta contra as incertezas. (MATUS, 1992). Dessa forma, torna-se necessário um enfoque de planejamento abrangente e participativo que possa dar conta da complexidade social e que favoreça a articulação dos distintos setores no enfrentamento dos problemas (ARTMANN, s/d). Sendo assim, o PES é promotor de ações intersetoriais.

A análise de cenários possibilita adaptações necessárias frente a mudanças conjunturais. A análise e construção de viabilidade proposta pelo enfoque permite a identificação de recursos críticos e dos atores potencialmente envolvidos no plano de ação, os quais não se restringem necessariamente a órgãos governamentais, ampliando-se o foco de intervenção.

A busca da garantia de uma boa gestão e a eficiência das políticas públicas implica na utilização de ferramentas que auxiliem a tomada de decisões. O Planejamento Estratégico Situacional apresenta-se como um importante instrumento de planejamento e gestão, que permite priorizar as ações conforme a condição real de execução, governabilidade e capacidade de articulação político-social dos atores.

2. Programa Cultura Viva

No governo Lula, com continuidade no de Dilma, as políticas culturais ganharam papel de destaque na dinâmica social, ao construir experiências e políticas baseadas na autonomia e no protagonismo social, buscando fomentar a cidadania cultural, através da potencialização de dinamismos culturais locais. O Programa Cultura Viva teve destaque na concretização dessa política pela sua capacidade de articulação de agentes culturais em diferentes escalas territoriais, com resultados importantes de disseminação cultural, geração de emprego e renda e oferta de atividades culturais e alternativas de lazer saudável para adolescentes e jovens (SILVA; ARAÚJO, 2010).

“O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva foi criado e regulamentado por meio das portarias nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005 do Ministério da Cultura. Surgiu para estimular e fortalecer no país rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura” (BRASIL, 2014).

O Programa Cultura Viva alcançou importantes resultados, ao fomentar, desde sua implantação, em 2005, e até o ano de 2011, o total de 3.670 Pontos de Cultura em todos os estados da federação.

Este Programa foi o ambiente no qual se deu a aproximação entre cultura e saúde, constituindo-se como uma abertura no processo histórico da relação entre Estado e Sociedade, onde o conceito de cultura se amplia em ações de cidadania e economia criativa, ao reconhecer as diversas interfaces entre as expressões artísticas culturais e outros setores sociais, definindo um valor de referência para o desenvolvimento (FioCruz, 2014).

3. Intersetorialidade

Intersetorialidade implica a articulação entre setores sociais diversos na busca de enfrentar problemas complexos, buscando superar a fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais (SCHUTZ; MIOTO, 2010). Tem sido relacionada ao processo de emancipação e reflexão dos cidadãos, buscando a fórmula do diálogo e de um aprofundamento sobre a realidade local e nacional (DANTAS; REZENDE; PEDROSA, 2009). Os autores apontam, assim, que esta relação de interface deve transformar, de maneira significativa, a realidade do diálogo entre as várias áreas de atuação e de inserção de políticas públicas, buscando imprimir melhorias nas condições de vida para as pessoas. A intersetorialidade desafia as organizações a planejarem e executarem suas ações de uma maneira nova, observando a rede de relações possíveis para os usuários (BORYSOW; FURTADO, 2013).

Por outro lado, para alguns especialistas internacionais, entende-se que os “setores” a que se refere a ideia de intersetorialidade são o setor privado, setor público e terceiro setor. Ou seja, a “intersetorialidade” se referiria a práticas que envolvem atores de diferentes tipos de organizações (BURGOS; REINACH, 2013).

Segundo Poletti (2008), a intersetorialidade parte do pressuposto que as instituições apresentem um objetivo comum, porém cada uma tendo suas ações partindo de lugares diferentes, campos de atuação diferentes, sendo que cada campo deve questionar sobre o lugar a partir do qual está autorizado a intervir. O conceito de intersetorialidade se refere ao campo de práticas atreladas à perspectiva interdisciplinar, na qual a preocupação com outros campos de conhecimento é essencial para uma maior

efetividade nas ações (SANTOS, 2005). Assim, o conceito de interdisciplinaridade é fundamental para a operacionalização da intersectorialidade, que deve ser compreendido, como aponta Klein (1990), como uma forma de ampliação da compreensão dos fenômenos pela ciência, assim como da política, atrelando pensamento e ação, contextualizando-os cultural e localmente.

Desta forma, a articulação entre saúde, educação, assistência social e cultura tem sido percebida como uma fonte eficiente de ampliação das condições de maior cuidado com a saúde das pessoas e uma estratégia de diminuição de vulnerabilidades, dentro da complexidade com os quais os fenômenos se apresentam. No desenvolvimento de trabalhos com a perspectiva da intersectorialidade, destaca-se a necessidade de contemplar a singularidade de cada território e a lógica de rede (POLETTI, 2008).

4. Promoção de Saúde

A atividade desenvolvida teve articulação com a Unidade Básica de Saúde do território do Ponto de Cultura e com o Centro de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes (CAPSi) de Florianópolis, que são dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS). Sendo assim, a experiência analisada segue os princípios do SUS.

Ocupa lugar central nesse Sistema público de saúde a lógica da *promoção da saúde*, compreendida como o desenvolvimento de ações que busquem enfrentar as macrodeterminantes (econômicas, ambientais, sociais, etc.) do processo saúde-doença, na direção de viabilizar modos de ser mais saudáveis. Para tanto, devem ser modificadas as condições econômicas, ambientais, culturais, psicossociais para que sejam cada vez mais adequadas e dignas, garantindo qualidade de vida (CZERESNIA; FREITAS, 2003).

Na base deste modelo está a noção de integralidade, também princípio do SUS, que implica tanto a compreensão do sujeito integral, rompendo com as visões dicotômicas (corpo/mente, individual/social, aparência/essência), quanto a noção de rede integrada de serviços de atenção à saúde, rompendo com a lógica de serviços isolados que encaminham pacientes entre si. Integralidade implica pensar a saúde de forma mais ampla, conectada às dimensões da economia, política, cultura, lazer, educação, estabelecendo parcerias com ONGs, instituições educacionais, mídia,

movimentos sociais que façam alianças em prol de uma vida saudável, em todas suas dimensões (CZERESNIA; FREITAS, 2003).

Os novos modelos de atenção em saúde mental preveem, assim, a oferta de serviços próximos ao território dos sujeitos, dando ênfase à inserção comunitária e possibilitando a participação de novos agentes no processo de pensar a saúde, **com o desenvolvimento de ações intersetoriais**, promovendo parcerias com diferentes áreas de atuação, instituições e profissionais (FARIAS; SCHNEIDER, 2009). Buscam construir, assim, uma clínica que enfrente a complexidade da situação psicossocial dos sujeitos, ampliando seu leque de ações para espaços coletivos e comunitários (CAMBUY, 2010).

5. Ponto de Cultura de “Pescadores de Cultura” – Estudo de Caso

5.1. O Planejamento Estratégico Situacional aplicado

Para realização deste trabalho intersetorial abaixo descrito entre o Ponto de Cultura de “Pescadores de Cultura” no distrito de Santo Antônio de Lisboa em Florianópolis, foi de fundamental importância a realização da oficina de planejamento estratégico situacional que envolveu todos os atores sociais abaixo descritos: A Associação Cultural Baiacu de Alguém, entidade proponente e contemplada com projeto do Ponto de Cultura, do Projeto Cultura Viva, lançado em Edital público conjunto entre o Ministério da Cultura e a Fundação Catarinense de Cultura, órgão do governo do Estado de Santa Catarina.

As entidades da sociedade civil parceiras: Associação de Moradores de Santo Antônio de Lisboa, (AMSAL) a Associação de Moradores de Sambaqui (ABS), o Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui e a Associação dos Artesões de Santo Antônio de Lisboa. Por parte dos governos, a Escola Municipal Paulo fontes e a Unidade Básica de Saúde do distrito, ligada à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Florianópolis. Pelo Governo Federal participou a Universidade Federal de Santa Catarina, através do Núcleo de Pesquisas em Psicologia Clínica (PSICLIN).

Aplicando a metodologia do Planejamento Estratégico Situacional do professor Carlos Matus, conseguimos debater nosso projeto político, identificar os principais

problemas e as principais dificuldades, descrevê-las, identificando a sua rede causal (causas e consequências).

A partir dessa análise, definimos nossos objetivos estratégicos, nossas principais operações e ações, elaborando um plano de ação que foi monitorado e avaliado constantemente por todos os atores envolvidos, através do seu núcleo gestor e da participação democrática de toda a comunidade do distrito.

Entre os problemas descritos foi definido como prioritário, para a elaboração de um plano de ação, a questão da vulnerabilidade psicossocial de adolescentes e jovens do território de abrangência do Ponto de Cultura “Pescadores de Cultura”, distrito de Santo Antônio de Lisboa, por terem baixo acesso aos bens de cultura e lazer e poucas oportunidades de alternativas educacionais e de emprego.

O Projeto analisado teve como objetivo principal a promoção de ações de reinserção social para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial, indicados pelos serviços de saúde, através da participação em oficinas culturais oferecidas para a comunidade pelo Ponto de Cultura e em grupos de integração social com alunos da Escola Básica Municipal da comunidade, buscando sustentar uma ação em clínica ampliada.

Será relatado o percurso do projeto nestes dois anos, os desafios da construção da intersetorialidade através do estabelecimento de parcerias com instituições de diferentes campos de atuação (saúde, educação e cultura), os embates para a adesão ao projeto de adolescentes em situação de maior vulnerabilidade, os ganhos e as dificuldades enfrentadas nesta empreitada.

Portanto, estaremos apresentando experiência exitosa que foi deflagrada em uma iniciativa de caráter local, mas que implicou a aplicação de uma política pública da área cultural, através de um programa do Governo Federal, que lhe garante recursos e uma infraestrutura básica, mas que não teria seu potencial, sua eficácia e eficiência garantidos não fosse sua articulação social e intersetorial entre a sociedade civil e os entes federados envolvidos (Municipal, Estadual e Federal), ampliando o debate do âmbito da cultura, para o da saúde, assistência social e educação.

5.2 A intervenção intersetorial na relação entre adolescentes e vulnerabilidade psicossocial

A situação de adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial é resultante de macrodeterminantes (economia, relações sociais, relações de gênero, cultura, meio ambiente), implicando em suas condições de saúde e na constituição de suas personalidades. A situação da vulnerabilidade geralmente tem, ao fundo, a experiência da invisibilidade social (SOARES; BILL; ATHAYDE, 2005), que é o sentimento de não ser reconhecido, percebido como sujeito pelos outros. Esta experiência de não pertencimento, de estar fora do convívio social, vai caracterizar a experiência da exclusão social. Esta descoberta de ser “estrangeiro de si mesmo”, ao se descobrir exilado em sua cidade, em seu próprio território, no meio dos amigos, na sua própria casa, perdendo o controle sobre o seu ambiente e, portanto, sobre si mesmo, é produtora de sofrimento e de alienação. Uma das formas mais efetivas de invisibilidade social é tratar o outro através de um estigma, rótulo ou preconceito, pois a pessoa concreta some no véu do conceito que lhe é aplicado. “Não ser visto significa não participar, não fazer parte, estar fora, tornar-se estranho” aos outros e a si mesmo (SOARES; BILL; ATHAYDE, 2005, p. 167), sendo a fonte de experiências de sofrimento psicossocial e da constituição de estratégias de sobrevivência relacionadas à violência e a comportamentos de conflito social.

Sendo assim, uma intervenção com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades psicossocial, que estão vivendo a experiência da invisibilidade social, implica em trabalhar a retomada de sua visibilidade. Este é o sentido de uma intervenção intersetorial que envolva experiências no campo das atividades culturais, pois tais atividades, geralmente, são viabilizadoras de um reconhecimento do sujeito frente aos outros e, assim, frente a si próprio, através da apresentação do seu produto artístico, seja uma música tocada ou cantada, um boneco construído, um desenho realizado, uma personagem representada.

Articular este campo de possibilidades culturais com o espaço escolar, onde os adolescentes e jovens vivenciam as potencialidades e dificuldades cotidianas do processo de ensino/aprendizagem, assim como a referência à Unidade Básica de Saúde (UBS), onde eles e suas famílias buscam ajuda para seu sofrimento, é uma forma que tem se mostrado bastante efetiva de promover saúde, na medida em que visa o

empoderamento do sujeito, para agir autonomamente em diferentes ambientes (escola, família, espaços de lazer, etc.) (VASCONCELOS, 2008).

Para os usuários na atenção psicossocial, a construção contínua da rede intersetorial é essencial, pois, na base de sua inserção social estão os recursos existentes na comunidade, que podem definir como esses usuários poderão vivenciar a sua inclusão e o acolhimento em redes sociais (MARTINHAGO e OLIVEIRA, 2012). O desenvolvimento de projetos de suporte social, envolvendo atividades relacionadas à sociabilidade, artes, cultura, educação popular, entre outros, são fundamentais para a complementação dos serviços públicos de atenção psicossocial, auxiliando-os na construção de estratégias de empoderamento dos usuários (VASCONCELOS, 2008). Sendo assim, ganha sentido a consolidação da chamada “clínica ampliada”, que passa pela interlocução da atenção psicossocial com outras áreas e setores, também produtores de sociabilidade, pois esta nova clínica tem como foco a pessoa em sua integralidade e não sua doença ou problemática (AMARANTE, 2003, CAMPOS, 2007).

5.3 Oficinas do Ponto de Cultura como Plano de Ação

Participaram das oficinas do Ponto de Cultura 261 inscritos entre crianças e adolescentes da comunidade e do entorno, sendo que destas, 18 eram provenientes de encaminhamentos relacionados ao projeto em pauta, 08 indicadas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), 02 pelo CAPSi e 08 da Casa de Acolhimento. O perfil desses adolescentes girava em torno de situações caracterizadas como de vulnerabilidades psicossociais, passando por características de dificuldades de aprendizagem, dificuldades de relacionamento interpessoal, dificuldades emocionais, comportamentos antissociais. Tais situações tinham seu histórico, na sua grande maioria, relacionados à precariedade dos vínculos da rede social significativa (Sluzki, 1997), assim como de situações de negligência, abuso e violência intrafamiliar, geradas em sua maioria em condições socioeconômicas precárias.

Com o decorrer do tempo as crianças e adolescentes que estabeleceram vínculos mais permanentes ao projeto foram as referenciadas pela Unidade Básica de Saúde, por terem um contato mais próximo e um acompanhamento mais sistemático por parte da psicóloga responsável pela parceria.

5.3.1 Oficinas Culturais desenvolvidas pelo Ponto de Cultura

O conjunto de oficinas oferecidas pelo Ponto de Cultura eram abertas a toda comunidade do distrito de Santo Antônio de Lisboa. Tinham como objetivo valorizar e propagar a cultura local, através da formação e integração de crianças e adolescentes na comunidade, promovendo seu desenvolvimento pessoal, suas habilidades artísticas e sua condição de cidadania. Os participantes do projeto de extensão foram integrados nas oficinas, junto com as outras crianças e adolescentes da comunidade.

Na oficina de violão os alunos aprendiam diferentes acordes e ritmos no violão, de modo que logo aprenderam a tocar algumas músicas mais simples. Inicialmente as aulas ocorriam em fileiras, como as de uma sala de aula na escola, mas, por sugestão do estagiário de psicologia, começaram a acontecer em forma de meia-lua, o que facilitava o aprendizado e a integração da turma, principalmente das pessoas com maior dificuldade, como era o caso dos participantes do projeto. Já a oficina de bonecos consistia na construção de bonecos feitos basicamente com arame, espuma e tecido, que, mais tarde, compuseram os personagens para a criação do projeto de animação da outra oficina, assim como a arrumação dos bonecos para o desfile do bloco de carnaval Baiacu de Alguém. Eram espaços de construção coletiva, que facilitavam a sociabilidade dos mais tímidos e menos confiantes. Também participaram de oficinas de multiplicadores de cultura, onde visitaram diferentes iniciativas culturais da cidade de Florianópolis, Museus, outros pontos de cultura, atividades de cultura local (rendeiras, pescadores), visando ampliar os horizontes dos participantes e conferir uma dimensão cidadã em suas ações.

O papel dos estagiários de psicologia era acompanhar as crianças e adolescentes de um modo geral, dando maior atenção aqueles encaminhados pelas instituições parceiras (escola, posto de saúde, CAPSi e Casa de Acolhimento), visando facilitar sua integração ao grupo, dada suas dificuldades específicas, mas sem, contudo, diferenciá-los ou estigmatizá-los. Assim, as atividades incluíam a observação do modo de ser e o desempenho dos adolescentes nas oficinas, o auxílio e orientação dos professores que ministravam as oficinas em termos psicopedagógicos, a mediação na relação desses sujeitos, em função de suas dificuldades psicossociais, com as atividades das oficinas e com o grupo. Muitas vezes se fez necessário buscar alternativas para que o jovem se interessasse e participasse mais da oficina, assim como buscar vínculos com os pais ou responsáveis visando sua implicação na orientação e apoio da iniciativa dos filhos.

Realizavam-se, ainda, reuniões mensais com a escola pública da região, com a presença dos estagiários e a psicóloga da unidade de saúde de Santo Antônio de Lisboa, a fim de avaliar as dificuldades e os progressos percebidos nos alunos que foram encaminhados para o projeto de extensão. As oficinas culturais ocorreram até o início de dezembro de 2011, quando iniciaram as férias na escola. As atividades foram finalizadas com o chamado “Arrastão cultural”, em que cada oficina organizou uma apresentação, que foram realizadas nas ruas do bairro, para a comunidade em geral.

A inserção dos adolescentes participantes do projeto nas oficinas da Associação Cultural trouxe resultados positivos para a maioria dos participantes, conforme relatos dos próprios adolescentes, de seus pais e da equipe pedagógica da escola. Afirmaram sobre a melhoria nos relacionamentos com seus colegas e a descoberta de suas habilidades artísticas e culturais, como forma de facilitar a inserção em sua comunidade e do ganho da visibilidade social.

A atuação dos estagiários foi de extrema importância no sentido de se colocarem como mediadores para esses sujeitos com dificuldades e estigmas sociais, facilitando o estabelecimento das relações tanto entre os seus pares, quanto entre eles e os professores, assim como nas atividades propostas nas oficinas.

5.3.2 Oficina de integração social

No primeiro semestre de 2012 foi organizado um grupo de integração social, com alunos entre 09 e 13 anos, que foram encaminhados pelo articulador do PSE da escola parceira, por serem considerados crianças com maior dificuldade de socialização e aprendizagem. Este foi realizado nas dependências do Ponto de Cultura. A psicóloga da UBS também contribuiu na construção da oficina, discutindo a proposta e sugerindo diferentes atividades. As oficinas foram informadas aos pais pela direção da escola, que autorizaram por escrito a participação de seus filhos.

Foram realizados ao todo seis encontros, sendo que inicialmente houve a participação de onze crianças e adolescentes, tendo uma presença média de oito participantes por encontro, sendo que permaneceram até o final seis deles. Dada as características das crianças e adolescentes que participaram do grupo, as atividades programadas visaram, principalmente, ressaltar e discutir a dimensão do relacionamento

interpessoal. O plano de ação utilizou jogos e atividades que trabalhassem aspectos relacionados à responsabilidade, cooperação, respeito e acolhimento do outro.

Através das atividades apareceram muitas dificuldades que eles apresentavam na dimensão psicossocial, principalmente relacionadas à confiança no outro e à capacidade de manejo das diferenças e dos conflitos. Pode-se refletir sobre novas possibilidades de enfrentamento dessas situações e os adolescentes ganharam condições de modificar a visão pessimista em relação ao seu desempenho, pois melhoraram sua condição de reciprocidade, de relacionamento e de autorreflexão. Esta avaliação positiva das oficinas foi dada em reunião na escola, ao final do estágio, com a articuladora do PSE e os estagiários, quando foram discutidos caso a caso os participantes do projeto.

5.4 Organização

5.4.1 Reuniões na Unidade Básica de Saúde

Foram realizadas várias reuniões na UBS de Santo Antônio de Lisboa com a presença dos estagiários de psicologia e a psicóloga matriciadora das unidades atendidas pelo projeto. O objetivo era discutir os casos de crianças e adolescentes que frequentavam as oficinas e os grupos de integração social. A partir das informações recolhidas pela unidade e pelos estagiários, buscou-se pensar em estratégias de intervenção junto a estas crianças e adolescentes e seus familiares de forma que obtivessem o maior benefício possível das atividades das quais participavam.

5.4.2 Reuniões na escola

Em decorrência de uma demanda da escola para atendimento psicológico de alguns alunos, a unidade de saúde representada pela profissional de psicologia, a coordenadora e pediatra da unidade e a articuladora do PSE, propôs um espaço de discussão desses casos dentro da própria escola. As queixas compreendiam dificuldades na aprendizagem, na socialização e problemas comportamentais. O objetivo era a discussão dos casos, no sentido de refletir sobre possibilidades de intervenções e estratégias de enfrentamento das dificuldades levantadas, a partir das funções de cada instituição envolvida no projeto. Posteriormente os estagiários do projeto começaram a

participar destas reuniões, contribuindo com informações sobre a evolução das crianças e adolescentes que participavam das oficinas culturais e dos grupos de integração social.

5.4.3 Reuniões de equipe

Foram realizadas reuniões mensais com a equipe envolvida no projeto: estagiários, professores e um representante de cada instituição parceira. Os encontros visavam dialogar sobre o trabalho implementado, avaliar a dimensão psicopedagógica implicada nas oficinas culturais e grupos desenvolvidos, discutir as situações e a evolução dos adolescentes dentro das atividades propostas no projeto, planejar novas ações e estratégias de enfrentamento das dificuldades que muitas vezes se fizeram presentes. Essas reuniões eram essenciais na manutenção da articulação intersetorial.

5.5 Análise do Ponto de Cultura de “Pescadores de Cultura”: viabilidade, atores, riscos e resultados

A proposta já foi executada, e mostrou plenamente viável de ser atingido seus resultados, dentro do prazo previsto de 02 anos. Contamos com o apoio político e financeiro fundamental do Ministério da Cultura quando nosso projeto foi selecionado no Edital dos Pontos de Cultura de Santa Catarina dentro do programa Cultura Viva. Depois o apoio equipamentos públicos do distrito de Santo Antonio de Lisboa, (as Escolas Municipais, o Capsi, e o Posto de Saúde), vinculados a prefeitura Municipal de Florianópolis, a Associação Cultural Escravo Anástacia do Mont.Serrat da comunidade do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis e também a universidade Federal de Santa Catarina.

O local de realização do projeto foi na Associação Cultural Baiacu de Alguém, uma ONG situada no distrito de Santo Antônio de Lisboa, norte da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis. A Associação tinha uma ampla inserção comunitária, tendo realizado, nos anos de 2008 e 2009, oficinas culturais através do projeto intitulado “Pescadores de Cultura: projeto de mobilização sociocultural do distrito de Santo Antônio de Lisboa”, do qual participaram 87 crianças e adolescentes da região, no ano de 2008 e 104 participantes no ano de 2009. Neste mesmo ano, a referida associação tornou-se Ponto de Cultura, conveniado pelo Ministério da Cultura e Secretaria Estadual

de Esporte e Turismo (MINC/SOL), tendo ampliado o espectro e qualidade das oficinas culturais abertas à comunidade.

Foram estabelecidas parcerias externas, como uma forma de ampliar o espectro de atuação da universidade e facilitar a inserção do projeto na comunidade em que se pretendia atuar, visando construir intervenções intersetoriais no território escolhido.

Foram também parceiros do projeto: a) as Unidades Básicas de Saúde das localidades de Santo Antônio de Lisboa, Ratonés, Jurerê e Vargem Pequena, através da interlocução com a psicóloga a elas vinculadas. Esta encaminhava para o projeto crianças e adolescentes em processo de atenção psicossocial nas referidas unidades, devido à sua situação de vulnerabilidade psicológica e/ou social e que se avaliava a possibilidade de obterem benefício de atividades construtoras de vínculos sociais e promotoras de saúde; b) O CAPSi de Florianópolis, que encaminhava usuários que fossem moradores da região de Santo Antônio de Lisboa e estivessem necessitando em seu projeto terapêutico de atividades de reabilitação psicossocial complementares ao seu processo de atenção; c) a Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, vinculada à Associação Cultural Escrava Anastácia, localizada na comunidade de Mont Serrat, que oferece espaço residencial para crianças e adolescentes que foram afastados de seus vínculos familiares em função de situações de negligência, abuso sexual e moral, violência intrafamiliar, para quem foram oferecidas vagas nas oficinas culturais; d) a Escola Pública Municipal Paulo Fontes, localizada em Santo Antônio de Lisboa, que através do Projeto Saúde na Escola (PSE), encaminhou crianças e adolescentes que apresentavam dificuldades no que se refere ao comportamento, ou ao processo ensino-aprendizagem, para participarem das atividades e estabelecerem novos espaços de socialização e aprendizagem.

Os riscos para realização e implantação dos projetos foram mínimos, pois os recursos financeiros estavam garantidos, o convencimento político dos diversos Atores envolvidos foi significativo, o maior risco é da descontinuidade do projeto porque o convênio entre o Ministério da Cultura e a Fundação Catarinense de Cultura para continuidade do programa Cultura Viva, relacionado aos Pontos de Cultura até o presente momento não foi renovado ou viabilizado um novo convênio. O prazo estabelecido foi cumprido e o orçamento previsto foi realizado, neste sentido não houve riscos.

O projeto não teve nenhum impacto ambiental, porque trata-se de um projeto de educação sócio assistencial e educativa, que inclusive nos seus conteúdos debate a questão da conscientização ambiental no nosso distrito.

Até o momento não houve nenhum desgaste político para nenhum dos Atores envolvidos, a demora em renovar o convênio e por consequência a escassez de recursos financeiros pode acarretar algum desgaste político no futuro.

Os resultados esperados e que na sua maioria foram alcançados foram uma maior articulação em ações concretas entre as diversas entidades organizadas da sociedade civil no distrito, uma maior articulação entre estas entidades e o poder público tanto municipal como federal.

Os resultados poderão ser avaliados também pelo grau de participação dos moradores da Comunidade nas atividades previstas no projeto, principalmente de jovens e adolescentes.

Considerações Finais

Foi possível identificar alguns desafios neste trabalho. As parcerias fundamentais para a execução do projeto aconteceram, mas em algumas ocasiões tiveram dificuldades de serem continuadas. A integração tão necessária ocorreu, principalmente, a partir de uma responsabilização e engajamento de alguns participantes do projeto, mais do que pelo simples compromisso institucional. Portanto, foi possível identificar a presença de alguns problemas decorrentes da falta de comunicação entre as instituições, como também foi constatado em pesquisas como a de Pinho e Ribeiro (2010). A implementação da intersetorialidade é dificultada, segundo Borysow e Furtado (2013), pela resistência dos representantes setoriais em modificar suas agendas quando estão em articulação de ações.

A integração das ações entre as instituições e seus eixos de intervenção é um dos desafios da intersetorialidade, segundo Lopes e Malfitano (2006). Algumas das dificuldades de viabilização de ações ocorreram devido a não participação das instituições em reuniões de planejamento e acompanhamento. Aquelas que foram mais presentes conseguiram estabelecer saberes compartilhados, ao fazer uma integração e horizontalização das informações sobre as crianças e adolescentes atendidos,

produzindo interlocuções e ações conjuntas, visando a saúde integral dos adolescentes participantes.

As instituições parceiras que estiveram mais presentes e participaram ao longo de todo o projeto nestes dois anos foram a UFSC e a Unidade Básica de Saúde, assim como o Ponto de Cultura e a Escola, locais de desenvolvimento do projeto. Com isso, construíram uma posição de coresponsabilização pelas diversas situações onde se interviu, como o acompanhamento e desenvolvimento de ações articuladas, que acabaram por produzir transformações no campo de possibilidades daqueles sujeitos.

Pode-se, neste caso, realmente compreender que houve uma possibilidade transformadora através de um campo de intervenção integrado e intersetorial entre saúde, cultura e educação. Segundo Poletti (2008), o trabalho intersetorial tem como função propiciar vias de acesso à produção de novas significações e maneiras de se inscrever na sociedade, transformando seus laços sociais. Pode-se verificar que alguns dos adolescentes participantes ressignificaram modos de ser, ganharam visibilidade social, construíram novas possibilidades existências, isto porque as atividades culturais e grupais são excelentes veículos de expressão de si e de construção de laços sociais.

A situação de vulnerabilidade psicossocial se apresenta em um campo de multideterminações, sendo que as ações coordenadas e conjuntamente pensadas por diferentes setores buscam dar conta desses variados aspectos constituintes, possibilitando uma melhor garantia de sua efetividade. Podemos, assim, compreender a importância de organização e articulação dos diferentes setores das redes de atenção e proteção, de maneira que estas tenham ações inseridas na comunidade onde o sujeito vive, na direção da promoção da saúde, construindo, com isso, uma ação cultural ampliada, visando o sujeito em sua integralidade.

“A dialética entre saúde e cultura tem como objetivo ampliar e qualificar ações que objetivam a reabilitação e prevenção, mas, sobretudo a promoção da saúde, a partir do reconhecimento que o local difusor e promotor de cultura e as práticas a ele associadas são, também, lugares de práticas da promoção da saúde” (Fiocruz, 2014, p. 5).

Referências

- ARTMANN, E. *O Planejamento Estratégico Situacional no nível local: um instrumento a favor da visão multissetorial*. Obtido no site: <http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/O%20Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%20Situacional%20no%20n%C3%ADvel%20local%20um%20instrumento%20a%20favor%20da%20vis%C3%A3o%20multisetorial.pdf>. Acesso em 17-05-2014.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Programa Cultura Viva*. Obtido no site: <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva/>. Acesso em 10-05-2014.
- BORYSOW, Igor C.; FURTADO, Juarez P. Acesso e intersectorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 23 [1]: 33-50, 2013.
- BURGOS, Fernando; REINACH, Sofia. *Matricialidade e Intersetorialidade: Questões Conceituais*. Aula 9 da Disciplina III do Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em <http://neadfespsp.com.br/fpa/login/index.php>. Acesso em 15-05-2014.
- CAMBUI, K. Experiências comunitárias em saúde mental: Repensando a clínica psicológica no SUS. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. PUC-Campinas. 2010. 310 pp.
- CAMPOS, Gastão W. *Saúde Paidéia*. São Paulo; Hucitec, 2007.
- CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos M. *Promoção de Saúde: conceitos, reflexões e tendências*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.
- DANTAS, Vera Lúcia A.; REZENDE, Regiane; PEDROSA, José Ivo S. Integração das Políticas de Saúde e Educação. In: *Saúde e Educação: uma relação possível e necessária*. Ano XIX; boletim 17, p.10-22, Novembro/2009.
- FARIAS, Jeovane; SCHNEIDER, Daniela. R. Perfil dos usuários do CAPSad – Blumenau e as políticas públicas em Saúde Mental. *Psicologia e Sociedade*, v.21, p.324-333, 2009.
- FIOCRUZ. *Rede Saúde e Cultura: Informe 2013/2014*. Brasília: FioCruz, 2014.
- KLEIN, Julie. T. *Interdisciplinarity*. Detroit: Wayne State University Press, 1990.
- LOPES, Roseli E., MALFITANO, Ana Paula S. Ação social e intersectorialidade: relato de uma experiência na interface entre saúde, educação e cultura. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v.10, n.20, p.505-15, jul/dez 2006.

- MARTINHAGO, F.; OLIVEIRA, W.F. A prática profissional nos Centros de Atenção Psicossocial II (CAPS II), na perspectiva dos profissionais de saúde mental de Santa Catarina. *Saúde em Debate* • Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 583-594, out./dez. 2012.
- MATUS, C. *Adeus, Senhor Presidente: Planejamento, Antiplanejamento e Governo*. São Paulo: Litteris Ed., 1989.
- MATUS, C. *Conferência para as equipes dos Ministérios da Venezuela*. 1992. (Mimeo).
- PATTO, Maria Helena S. *A produção do fracasso escolar: historias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- PINHO, Gabriela S. A.; RIBEIRO, Helen B. A. Intersetorialidade: por que não dá certo? As políticas públicas e seus desencontros. *Polêmica*, v. 9, n. 1, p. 14 – 27, janeiro/março 2010.
- POLETTI, Patrícia. *Intersetorialidade e a Clínica em Saúde Mental: construindo e ampliando redes para a inclusão*. Monografia. Campinas: UNICAMP, 2008.
- SANTOS, Debora S. *Ações intersetoriais de educação e saúde: entre teoria e prática*. Dissertação de mestrado (Campinas). 2005. p. 148.
- SILVA, F. B.; ARAÚJO, H. E. (Orgs). *Cultura Viva: Avaliação do programa arte educação e cidadania*. Brasília : Ipea, 2010. 148 p.
- SLUZKI, Carlos E. *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- SCHUTZ, E.; MIOTO, R. C. T. *Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate*. *Sociedade em Debate*, 16 (1), 59-75, 2009.
- SOARES, Luis. E.; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- VASCONCELOS, Eduardo M. *Abordagens Psicossociais*. Vol1. São Paulo: Hucitec, 2008.